Comentários da Prova de Legislação Específica

Estatuto dos Servidores Públicos do Estado da Bahia

Lei de organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia

PROVA TIPO – 4

COR AZUL

Questão 21

Conforme estabelece a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, a classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei e obedecerão a fatores subjetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária. Na entrância inicial, deve-se entre outros, o seguinte critério:

A) extensão territorial de até 50 km²

B) população de até 100.000 (cem mil) habitantes, residindo pelo menos, 30% (trinta por cento) na respectiva sede;

C) aforamento anual de aproximadamente 300 (trezentos) feitos de jurisdição contenciosa;

D) receita tributária superior, no mínimo, ao dobro da exigida para a criação do município;

E) colégio eleitoral correspondente a 70% (setenta por cento) da população.

GABARITO - C

Comentários

ENTRÂNCIA INICIAL	ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
❍ até 200 km² de extensão territorial. ❍ até 50.000 habitantes. ❍ colégio eleitoral correspondente a 40% da população.	❍ partir de 201 km² de extensão territorial. ❍ mais de 50.000. ❍ colégio eleitoral correspondente a 40% da população;

❍ ajuizamento anual de aproximadamente 300 feitos de jurisdição contenciosa. ❍ receita tributária igual à exigida para a criação de município no Estado.	❍ ajuizamento anual de aproximadamente 600 feitos de jurisdição contenciosa. ❍ receita tributária superior, no mínimo, ao dobro da exigida para a criação do município.

Questão 22

Maurício, servidor da Justiça, praticou reiteradamente atos de indisciplina e insubordinação. Consoante dispõe a Lei n.º 10.845, de 27 de novembro de 2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), Maurício está sujeito à pena disciplinar de:

A) advertência;

B) censura;

C) suspensão até 30 (trinta) dias;

D) suspensão até 90 (noventa) dias;

E) demissão.

GABARITO - E

Comentários

ADVERTÊNCIA	
Hipótese**:** • **Negligência**	**Especificidades**: ❍ Verbal ou por escrito.
CENSURA	
Hipóteses**:** • **Negligência reiterada.** • **Falta dos deveres funcionais** • **Procedimento público incorreto ou indecoroso.**	**Especificidades**: ❍ Não será aplicável se a penalidade for punível com pena mais grave (é a regra da subsidiariedade). ❍ A falta dos deveres funcionais era punível no Estatuto com advertência. Para os servidores do Poder Judiciário, entretanto, será punível com censura, dado o regramento específico.
SUSPENSÃO ATÉ 30 DIAS	
Hipóteses**:** • **Se negar a dar o recibo, ou deixar de entregar, sob qualquer pretexto, o instrumento para viabilizar a carta testemunhável[1].** • **Reincidir na penalidade de deixar de executar, dentro do prazo de**	

[1] Em termos simples, a carta testemunhável é um recurso utilizado pelo interessado para que a instância superior conheça e examine o recurso que interpôs de uma decisão.

dois dias, os atos determinados em lei ou ordenados pelo juiz.	
SUSPENSÃO POR ATÉ 90 DIAS	
Hipóteses**:** • **Reincidência em falta punível com censura;** • **Transgressão intencional a proibição legal.**	**Especificidades**: ❍ A LOJ no indica que a transgressão culposa será punível com as penalidades de advertência e censura. Em caso de transgressão dolosa o servidor ficará sujeito a penalidade de censura.
DEMISSÃO	
Hipóteses**:** • **Reincidência em transgressão intencional grave** • **Indisciplina ou insubordinação reiterada** • **Improbidade administrativa** • **Aplicação irregular de dinheiro público** • **Lesão ao Erário e dilapidação do patrimônio público** • **Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública** • **Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.** • **Crime contra a Administração Pública;** • **Improbidade Administrativa;** • **Aplicação irregular de dinheiro público;** • **Lesão ao Erário e dilapidação do patrimônio público;** • **Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;** • **Transacionar com o Estado, quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio.** • **Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas.** • **Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.** • **Aceitar representação, comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente.**	**Especificidades**: Na primeira hipótese listada, trata-se da reincidência de infração sujeita à penalidade de suspensão por até 30 dias.

• **Praticar usura sobre qualquer de suas formas.** • **Proceder de forma desidiosa.** • **Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.**	

Questão 23

De acordo com a Lei n.º 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), é vedado aos magistrados:

A) dedicar-se à atividade político-partidária;

B) ajustar previamente com a autoridade ou magistrado de instância igual ou inferior dia, hora e local para ser ouvido como testemunha;

C) tratar com urbanidade as partes, advogados e testemunhas;

D) exceder injustificadamente o prazo de até 5 (cinco) dias para decidir ou despachar;

E) residir fora da comarca de que for titular, não existindo qualquer exceção a tal regra.

GABARITO - A

Comentários

Vejamos as vedações dos magistrados, segundo o LOJ:

- exercer outro cargo ou função, SALVO de magistério
- receber custas ou participação em processo
- dedicar-se à atividade político-partidária
- receber auxílios ou contribuições, salve exceções legais
- exercer advocacia no Juízo ou tribunal do qual se afastous nos últimos três anos (quarentena)

Questão 24

Em matéria de frequência ao serviço e cumprimento da carga horária, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei Estadual n.º 6.677/94) estabelece que poderá:

A) o servidor, sem qualquer prejuízo, ausentar-se do serviço por 3 (três) dias consecutivos, para doação de sangue, desde que comprovado ato por meio de atestado médico;

B) o servidor ausentar-se do serviço por 15 (quinze) dias consecutivos, por motivo de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, desde que comprovados com atestado de óbito;

C) ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade do horário escolar com o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, exigida a compensação de horários na repartição e respeitada a duração semanal do trabalho;

D) ser concedido, a critério do chefe imediato, horário especial ao servidor que acumule outro cargo público, desde que não haja prejuízo ao trabalho, respeitado, no mínimo, o cumprimento de 90% (noventa por cento) de ambas as cargas horárias;

E) o servidor ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, até 30 (trinta) dias, por período de trânsito, compreendido como o tempo gasto pelo servidor que mudar de sede, contados da data do desligamento.

GABARITO - C

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas:

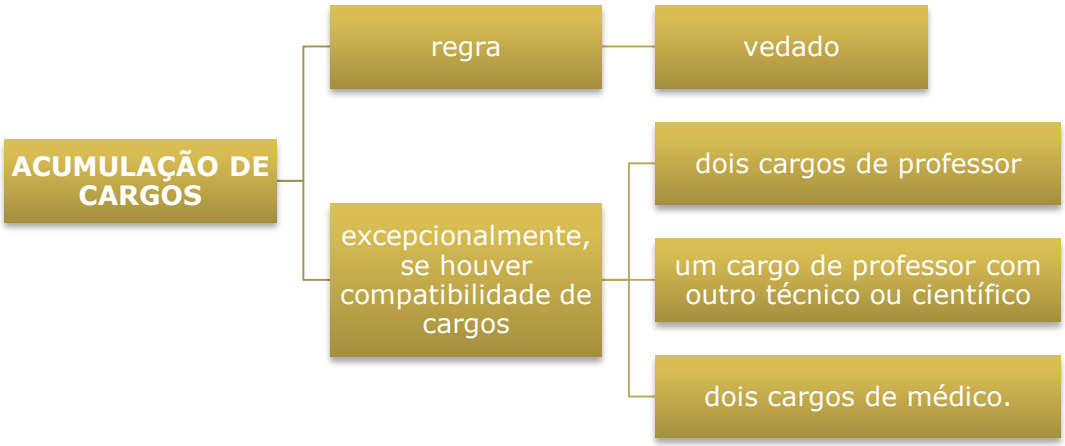
Alternativa A, B e C estão **INCORRETA** conforme quadro abaixo:

DOAÇÃO DE SANGUE	1 dia
ALISTAMENTO ELEITORAL	2 dias
CASAMENTO	8 dias
FALECIMENTO DE FAMILIARES	8 dias
MUDAR DE SEDE	15 dias

Alternativa C está **CORRETA** e é o gabarito da questão. Vejamos:

Quanto ao ***ajuste de horários aos servidores estudantes***, ele terá a possibilidade de exercer suas atividades em horários alternativos, de modo que cumpra, ao longo da semana, a jornada normal e consiga manter os estudos.

Alternativa D está **INCORRETA**. É pressuposto para a acumulação de cargos a compatibilidade de horários. Vejamos:



Questão 25

Antônio, servidor público efetivo estadual, sofreu um acidente automobilístico que lhe causou limitações em sua capacidade física, conforme comprovado por junta médica oficial. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, o cometimento ao servidor Antônio de novas atribuições, compatíveis com a citada limitação, garantida a remuneração do cargo de que é titular, é a:

A) reversão;

B) recondução;

C) aproveitamento;

D) reintegração;

E) readaptação.

GABARITO - E

Comentários

A **readaptação** é a ***investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, sem prejuízo da remuneração que recebia***.

Ocorrerá a readaptação sempre que por razões médicas o servidor sofra alguma limitação de modo incapacita-lo para as atividades que até então vinha exercendo.

Questão 27

Em relação à licença prêmio, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei Estadual n.º 6.677/94) estabelece que:

A) a cada período de 3 (três) anos de exercício efetivo e ininterrupto, o servidor terá direito à licença prêmio de 5 (cinco) meses, sem prejuízo de sua remuneração;

B) não será concedida ao servidor que, no período aquisitivo, sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

C) deverá ser gozada no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar do término do período aquisitivo, sob pena de prescrição;

D) será concedida a servidor que contemplar o período de 5 (anos) de exercício efetivo e ininterrupto, ainda que tenha se afastado do cargo em tal período por força de licença para tratar de interesse particular;

E) o servidor terá direito à licença prêmio de 1 (um) mês, sem prejuízo da remuneração, após completar período de 3 (três) anos de exercício efetivo e ininterrupto.

GABARITO - B

Comentários

A licença prêmio por assiduidade tem por objetivo incentivar o exercício ininterrupto das funções. Deste modo, o ***servidor terá direito a licença remunerada de 3 meses a cada 5 anos de desempenho ininterrupto de suas funções***.

FIQUE atento!

Registre-se que o tempo de serviço ininterrupto abrange não apenas o serviço público prestado no Estado da Bahia, mas também o serviço público prestado perante demais estados-membros, municípios, Distrito Federal, bem como à União.

Para gozar da licença o Estatuto prevê uma série de requisitos negativos:

NÃO PODERÁ O SERVIDOR

- sofrer penalidade disciplinar de **suspensão**
- gozar licença por motivo de doença em pessoa da família
- gozar licença par tratar de interesse particular
- afastar-se do trabalho em função de condenação definitiva em pena privativa de lierdade
- gozar de licença para acompanhar cônjuge
- faltar injustificadamente mais de **15 dias por ano** ou **45 faltas durante os 5 anos**

Questão 31

De acordo com a Lei nº 6.677/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia), é cabível licença ao servidor:

A) atleta selecionado para representar o estado ou o país, durante o período da competição oficial, sem prejuízo da remuneração;

B) para tratar de interesse particular, pelo prazo de 1 (um) ano, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período;

C) convocado para o serviço militar obrigatório, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração;

D) por motivo de doença de parente até o segundo grau, mediante prévia comprovação por médico ou junta médica oficial, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com remuneração integral;

E) para acompanhar cônjuge ou companheiro, servidor público estadual, que for descolado para outro ponto do estado ou do país, pelo prazo de até 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração.

GABARITO - A

Comentários

LICENÇA	ESPECIFICIDADES	REMUNERADA
LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	❍ Concedida para acompanhar cônjuge, companheiro, pais, padrasto, madrasta, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, avós, irmãos menores ou incapazes que estiverem doentes.	❍ A licença será remunerada, com proventos integrais nos primeiros 3 meses, com 2/3 da remuneração entre os 3 e 6 meses e com 1/3 da remuneração entre 6 e 12 meses. ❍ Como a presente licença encaixa-se nas hipóteses em que a licença será por até 2 anos, entende-se que entre 1 ano e 2 anos ela será sem remuneração.
LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE	❍ Para acompanhar cônjuge também servidor removido de ofício.	Sem remuneração, exceto em caso de exercício provisório.

	❍ Se a nova lotação do cônjuge for dentro do Estado é possível o exercício provisório.	
LICENÇA PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO	❍ Pelo período que o servidor estiver prestando o serviço militar obrigatório. ❍ 30 dias para reassumir	Observa a legislação específica.
LICENÇA PARA CONCORRER/EXERCER MANDATO ELETIVO	❍ Concedida tanto para o servidor concorrer às eleições, bem como para exercer o mandato eletivo.	❍ Caso eleito prefeito o servidor será afastado do cargo público e optará pela remuneração. ❍ Caso eleito vereador e houver compatibilidade de horários, cumulará ambas as funções e remunerações. Por outro lado, se incompatíveis os horários, será afastado podendo optar pela remuneração de um ou de outro.
LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE	❍ 3 meses a cada 5 anos de efetivo e ininterrupto exercício. ❍ Requisitos negativos: • Não pode ter sofrido pena disciplinar. • Não pode ter gozado licença para tratamento de doença em pessoa da família, para tratar de interesse particular, ou para acompanhar cônjuge. • Não pode ter sido condenado definitivamente a pena privativa de liberdade. • Não ter faltado injustificadamente por mais de 15 dias ao logo do ano ou 45 dias ao longo dos 5 anos.	Remunerada
LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR	❍ Passível de ser concedida após 2 anos de efetivo pelo período de 3 anos, prorrogáveis por mais 3 anos. ❍ Poderá ser interrompida a pedido do servidor ou cassada pela Administração por interesse público fundamentado.	Não remunerada.

LICENÇA PARA O SERVIDOR-ATLETA	❍ Concedida pelo período que o atleta estiver representado o Estado ou o país.	Remunerada

Questão 33

De acordo com a Lei Estadual nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), aos juízes das Varas da Infância e da Juventude compete:

A) decretar prisão preventiva, conceder liberdade provisória e fiança, revogá-las ou cassá-las, no curso da instrução, em desfavor do adolescente infrator;

B) processar e julgar as ações concernentes à comunhão de interesse entre portadores de debêntures e ao cancelamento de hipoteca em sua garantia;

C) processar e julgar as ações de investigação de paternidade, cumuladas, ou não, com a petição de herança;

D) em execução de medidas socioeducativas, exercer jurisdição em fiscalização e apuração de irregularidades em entidades que executam programas socioeducativos;

E) processar e julgar as ações de alimentos e as de posse e guarda de filhos menores, quer entre os pais, quer entre estes e terceiros.

GABARITO - D

Comentários

Art. 77 - Os Juízes das Varas da Infância e da Juventude exercerão jurisdição em matéria cível, infracional e de execução de medidas sócio-educativas, competindo-lhes:

*III - em **execução de medidas sócio-educativas**: (...)*

b) exercer jurisdição em fiscalização e apuração de irregularidades em entidades que executam programas sócio-educativos.

Ricardo Torques
ricardotorques@estrategiaconcursos.com.br
https://www.facebook.com/ricardo.s.torques